

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018

PROCESSO Nº 59540.001205/2017-02

Aos 26 (vinte e seis) dias de março do ano de 2018, a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASE, empresa pública federal criada pela Lei 6.088, de 16/07/1974, com atual denominação social por força da Lei 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto 3.604, de 20 de setembro de 2000, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, Brasília-DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, neste ato representada pelo Sr. Superintendente Regional CÉSAR FONSECA MANDARINO, brasileiro, casado, portador do RG: 238.956-SSP/SE e CPF: 026.807.674-87, residente e domiciliado na Avenida Adélia Franco, 2.403 - Bairro Grageru, CEP: 49.027-010, Aracaju-SE, e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 01/2018, referente à constituição de Sistema de Registro de Preços - SRP, objetivando o fornecimento, carga, transporte e descarga de materiais de expediente, consumo de uso geral, gêneros de alimentação, gráfico, copa e cozinha, pneus e câmaras de ar, para atender à 4ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado de Sergipe, cujo resultado foi publicado no Diário Oficial da União e homologado pelo Comitê de Gestão Executiva da 4ª Superintendência Regional CODEVASF, constante às fls. 813 a 835 do Processo nº 59540.001205/2017-02, RESOLVE registrar os preços da seguinte empresa detentora da Ata: M. G. COMÉRCIO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ nº 10.467.477/0001-35, com sede na Rua Alagoas, 369, Bairro Aviso, Linhares-ES, CEP: 29.901-040, telefone/fax (27) 3372 1165/1801, representada pelo Sr. MARCIAL JOSÉ GALLON, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Capitão José Maria, 1078, Edifício Raquel, Ap. 201, Linhares-ES, CEP: 29.900-174, RG nº 1796329, expedida pela SPTC/ES, e CPF nº 780.244.047-53, atendendo às condições previstas no instrumento convocatório e às constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em conformidade com os itens a seguir elencados, com suas características e respectivas quantidades, mediante as condições seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Papel formato A4 (297 x 210 mm) - livre de cloro elementar, de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, confeccionado em material alcalino BRANCO, tolerância mais ou menos 2 mm, de acordo com a NBR216/2012, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de	Resma	600	14,79	8.874,00

	deformação devido ao calor. Deverá conter coloração BRANCA. A resma deverá ser acondicionada em papel protetor contra umidade, podendo ser kraft com revestimento em polietileno ou BOPP (película de polipropileno bioretado) e conter, no mínimo as indicações expressas: aplicação e utilização; seta de "imprima este lado primeiro"; dimensões/gramatura; lote de fabricação; fabricante/marca, caso não seja fabricante, indicar "produzido por"; símbolo da reciclagem. Gramatura mínima de 75 g/cm² (de acordo com a NBR NM-ISO 536/2000 ABNT); absorção de água, método COBB menor 35 g/m² (de acordo com a NBR NM-ISO 535/1999 ABNT); aspereza pelo método BENDTSEN menor 3000 ml/min (de acordo com a NBR NM-ISO 8791- 2/2001 ABNT); permeância ao ar, método BENDTSEN ao ar menor 500 M/PA.S (de acordo com a NBR 14255/2002 ABNT). O papel utilizado deverá ter certificação CERFLOR em conformidade com a norma ABNT NBR 14790:2011, ou FSC no padrão FSC-STD-40004 V2-1. A comprovação da conformidade deverá ser feita por meio de Certificado de Cadeia de Custódia e/ou Selo de Cadeia de Custódia do FSC ou CERFLOR. Marca: ONE.				
2	Papel reciclado formato A4 (297 X 210 mm) branco – livre de cloro elementar, de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, confeccionado em papel alcalino reciclado branco, com tolerância de +/- 2 mm, de acordo com a NBR216/2012, superfície lisa e massa homogênea, espessura uniforme, fibras no sentido longitudinal, baixo índice de deformação devido ao calor. Deverá conter coloração branca, confeccionada com 100% DE MATERIAL RECICLADO, (o material reciclado – papel e cartão – deve conter pelo menos 50% de material de fibras celulósicas recuperado (pós-consumo e/ou pré-consumo), mas, obrigatoriamente, no mínimo 25% da composição total do produto reciclado deve ser material pré-consumo, de acordo com a norma NBR15755/2009. A resma deverá ser acondicionada em papel protetor contra umidade, podendo ser kraft com	Resma	250	18,04	4,510,00

revestimento em polietileno ou BOPP (película de polipropileno bioretado) e conter, no mínimo as indicações expressas: aplicação e utilização; seta de "imprima este lado primeiro"; dimensões/gramatura; lote de fabricação; fabricante/marca, caso não seja fabricante, indicar "produzido por"; símbolo da reciclagem. Gramatura mínima de 75 g/cm² (de acordo com a NBR NM-ISO 536/2000 ABNT); absorção de água, método COBB menor 35 g/m² (de acordo com a NBR NM-ISO 535/1999 ABNT); aspereza pelo método BENDTSEN menor 3000 mi/min (de acordo com a NBR NM-ISO 8791-2/2001 ABNT); permeância ao ar, método BENDTSEN ao ar menor 500 M/P.A.S (de acordo com a NBR 14255/2002 ABNT). Marca: RECICLATO.				
TOTAL	---	---	---	13.384,00

1 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

A existência de preços registrados não obriga a CODEVASF a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto pretendido, sendo assegurado ao detentor do registro preferência na aquisição dos produtos em igualdade de condições.

2 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (Codevasf), desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei 8.666/1993, Decreto 3.931/2001 e Decreto 7.892/2013.

Caberá ao detentor da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da execução dos serviços desde que esta não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

3 – DA REALIZAÇÃO DOS FORNECIMENTOS

Durante a realização dos fornecimentos contratados deverá ser observado o disposto no Edital de Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 01/2018 e seus anexos.

4 – DO CONTROLE DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inc. II, do art. 65, da Lei 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d", do inc. II, do art. 65, da Lei 8.666/1993, a CODEVASF, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o detentor da Ata será convocado pela CODEVASF para alteração, por aditamento, do preço da Ata.

5 – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O detentor da Ata terá o seu registro de preços cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior; e
- b) O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado.

Por iniciativa da CODEVASF:

- a) quando o detentor da ata não aceitar garantir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- c) Não mantiver as condições de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- d) Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas;
- e) Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- f) Se recusar a realizar os fornecimentos nos prazos estabelecidos no Edital e seus anexos;
- g) Na ocorrência de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro

de Preços ou nos pedidos dela decorrentes.

Em quaisquer das hipóteses acima, a CODEVASF fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos concorrentes a nova ordem de registro.

6 – DO CANCELAMENTO AUTOMÁTICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada automaticamente:

- a) Por decurso de prazo de vigência.
- b) Quando não restarem fornecedores registrados.

7 – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela CODEVASF, em conformidade com o disposto nos itens 22.1 a 22.19 do Edital 01/2018.

8 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O detentor da Ata de Registro de Preços estará sujeito à aplicação das sanções administrativas previstas nos itens 26.1 a 26.3 do Edital, no caso de descumprimento parcial ou total das condições estipuladas.


9 – DA AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO

A contratação e os demais atos inerentes à presente Ata de Registro de Preços serão autorizados, caso a caso, pelo Sr. Superintendente da 4ª Superintendência Regional da CODEVASF, e, no caso dos órgãos usuários, pela respectiva autoridade responsável de cada órgão.

10 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata, o Edital do Pregão Eletrônico por Registro de Preços nº 01/2018, seus anexos, e a proposta da empresa: M. G. COMÉRCIO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA-ME, vencedora dos itens 1 e 2.

O Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Aracaju-SE será o competente para dirimir questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei 10.520/2002, do Decreto 5.450/2005, do Decreto 3.931/2001 e do Decreto 7.892/13, da Lei 8.666/1993 e demais normas aplicáveis,

Aracaju-SE, 26 de março de 2018,


CÉSAR FONSECA MANDARINO

Superintendente Regional da CODEVASF-4ªSR


REPRESENTANTE: MARCIAL JOSÉ GALLON

EMPRESA: M. G. COMÉRCIO DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA-ME

10.467.477/0001-35

M.G. COMÉRCIO DISTRIBUIDORA
E SERVIÇOS LTDA.

Rua Alagoas, nº 369 - B. Aviso

CEP 29.901-040

LINHARES - ESP. SANTO